

# Indícios de Letramento Racial Crítico no Twitter: o caso da “Pequena Sereia” de Halle Bailey

## Thaylanne Rocha

Acadêmica de graduação do curso de Letras Português e Literatura.  
Universidade Federal de Roraima (UFRR).

E-mail: [thaylannerochoa27@gmail.com](mailto:thaylannerochoa27@gmail.com)

ORCID <https://orcid.org/0009-0001-3113-4509>

## Alan Ricardo Costa

Doutor pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc)  
Universidade Federal de Roraima (UFRR).

E-mail: [alan.dan.ricardo@gmail.com](mailto:alan.dan.ricardo@gmail.com)

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8132-6202>

## Louise Da Silveira

Mestra pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: [lou.silveira@hotmail.com](mailto:lou.silveira@hotmail.com)

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-5079-2785>

Revista Falange Miúda

ISSN 2525-5169

Periodicidade:

Fluxo contínuo

Volume 8

Número 1

## Resumo

A popularização de debates e questões raciais em redes sociais possibilita novas reflexões sobre letramento racial crítico na atualidade. No presente artigo é debatido um caso em que isso mostrou-se evidente: as mobilizações de internautas sobre a escalção da atriz e cantora Halle Bailey para interpretar a personagem Ariel e protagonizar o filme *A Pequena Sereia* (*The Little Mermaid*, 2023). Com o objetivo de estudar letramentos raciais críticos subjacentes às práticas de linguagem de usuários do Twitter, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa e analítica, com o suporte teórico dos estudos de Ferreira (2014; 2015), Soares (1998), Almeida (2019) e Lévy (1999), que abrangem conceitos como letramento(s), letramento racial crítico, racismo estrutural e cibercultura. Parte dos internautas desfavoráveis à escolha da atriz mobilizam-se com base no que acreditam ser a versão mais “fiel” da personagem (da Disney), sem que isso esteja totalmente dissociado de postagens conservadoras e potencialmente racistas e machistas. Em contrapartida, tais publicações tendem a ser rebatidas com (1) o uso de memes e ironias; (2) ativismo direto e racialização do debate; e (3) publicações sobre empoderamento e representatividade (principalmente de crianças negras), que indicam práticas coletivas de letramento racial crítico.

**Palavras-chave:** Letramento racial crítico; Racismo estrutural;

# 1 Introdução

A popularização de debates e questões raciais em redes sociais possibilita novas reflexões sobre racismo e letramentos raciais na atualidade. Uma das obras que contribuem mais substancialmente para essa popularização é o livro de Almeida (2019), intitulado *Racismo estrutural*. A obra aborda de forma potente o racismo estrutural, que “integra a organização econômica e política da sociedade” e que fornece, portanto, “o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2019, p. 15). Numa sociedade fundamentada pelo racismo estrutural são necessárias práticas de letramento racial crítico, conceito que tomamos por empréstimo de Ferreira (2015, p. 138) e que alude às capacidades de “refletir sobre raça e racismo”, ver o nosso próprio entendimento de tais conceitos no cotidiano e considerar o quanto eles “têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, no ambiente escolar, universitário, em nossas famílias, nas nossas relações sociais”.

Dos muitos imbróglios recentes envolvendo questões raciais que ocorrem no ciberespaço e nas redes sociais – alguns com notória repercussão midiática –, destacamos o caso do filme *A Pequena Sereia* (em inglês, *The Little Mermaid*), adaptado em *live-action* e lançado nos cinemas em maio de 2023. “O anúncio que a princesa sereia dos sete mares, Ariel, ganharia vida pela interpretação da artista negra Halle Bailey causou reações no público, tanto de apoio à escolha dos estúdios Disney, quanto manifestações de racismo” (TAVARES, 2021, p. 293).

Haja vista a necessidade de maior consciência sobre letramento racial crítico, alcançando o ciberespaço e as redes sociais, indagamos: de que modo(s) os posicionamentos de internautas sobre tais matérias são/estão perpassados por indícios de letramentos raciais críticos? Partimos do seguinte pressuposto: é essencial que, subjacente aos comentários e publicações em sites de redes sociais (como o Twitter e o Instagram), estejam implicadas perspectivas críticas de empoderamento negro e de combate ao racismo estrutural. Assim, com o objetivo de estudar os indícios de letramentos raciais críticos atrelados às práticas de linguagem de usuários do Twitter, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa e analítica, com o suporte teórico dos estudos de Ferreira (2014; 2015; 2019), Soares (1998), Almeida (2019), Ribeiro (2015) e Lévy (1999), entre outros, que abrangem conceitos como letramento(s), letramento racial crítico, racismo estrutural e cibercultura.

A justificativa para a proposição deste estudo é, em tese, dada; o estudo justifica-se *per se*. Não deveria ser necessário defender a importância e a contribuição de uma pesquisa sobre letramento racial crítico na atualidade. A relativização da importância de se debater letramento racial pode ocorrer principalmente por parte de pessoas brancas, fenômeno facilmente explicado com base no “pacto da branquitude”. Para Bento (2002), a elite branca brasileira inventou e manteve o branqueamento racial para manter-se como posição de superioridade, referência e supremacia econômica, política e social, causando a exclusão dos demais grupos e, ainda, justificando as desigualdades sociais por meio da construção de um imaginário extremamente pejorativo sobre o negro (BENTO, 2002). Nesse sentido, a branquitude pode ser definida como “uma posição”, sendo que os sujeitos que ocupam tal posição “foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos”, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que seguem preservados na contemporaneidade (ALMEIDA, 2019, p. 48). Este estudo sobre

letramentos raciais problematiza, pois, esse pacto da branquitude, o qual negligencia e diminui a ação de visibilizar temáticas e bibliografias negras, bem como contribuir para uma maior reflexão sobre o racismo estrutural no Brasil.

## 2 Fundamentação teórica

Este artigo está teoricamente fundamentado por trabalhos interligados ao campo da Linguística Aplicada (doravante LA), hoje concebida como uma área indisciplinar (ou mesmo *antidisciplinar*), transgressiva e crítica (COSTA *et al.*, 2020). Se outrora a LA foi (equivocadamente) restringida à mera aplicação de teorias linguísticas para questões de ensino de línguas adicionais (ou “línguas estrangeiras”), hoje ela se consagra como uma área de investigação complexa, ampla, pautada por demandas sociais e que tem como objeto de investigação a linguagem como prática social. Em suma:

A Linguística Aplicada nasceu como uma disciplina voltada para os estudos sobre ensino de línguas estrangeiras e hoje se configura como uma área imensamente produtiva, responsável pela emergência de uma série de novos campos de investigação transdisciplinar, de novas formas de pesquisa e de novos olhares sobre o que é ciência (PAIVA; SILVA; GOMES, 2009, p. 1).

Conforme já registrado, optamos por mobilizar nesta pesquisa um arcabouço teórico composto por estudos de Ferreira (2014; 2015; 2019), Almeida (2019), Soares (1998), Bento (2002) e Lévy (1999), entre outros, organizados em três eixos principais, a saber: (1) Letramentos, letramentos raciais, letramentos raciais críticos; (2) Racismo estrutural; e (3) Cibercultura, redes sociais na internet e ciberativismo.

### 2.1 Letramentos, letramentos raciais e letramentos raciais críticos

Em uma perspectiva etimológica, Soares (1998) afirma que o termo “letramento” foi importado inicialmente do original em inglês, *literacy*, com o seguinte significado: “o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever” (SOARES, 1998, p. 17). Nesse viés, é possível conceber o letramento como “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 1998, p. 18).

Na atualidade, a globalização e o uso de novas tecnologias têm causado diversas mudanças políticas, linguísticas e culturais na sociedade. Consequentemente, novos estudos de letramentos, em diversas áreas, estão surgindo: cada vez mais emergem pesquisas que expandem e pluralizam o conceito original, deixando de lado as visões tradicionais sobre o assunto e ampliando o debate para os acoplamentos entre práticas de *letramentos*, hoje concebidos no plural, e não mais no singular. Destarte, vivemos em uma sociedade alicerçada em usos tecnológicos que fizeram eclodir uma nova ecologia em rede, onde impera a necessidade de se adaptar e adquirir novas formas de comunicação, novas epistemologias e, sobretudo, novas habilidades e competências, ou “novos letramentos” (MATTOS, 2011, p. 33).

Esses novos letramentos surgiram de acordo com demandas relacionadas às práticas sociais da contemporaneidade, das quais o sujeito letrado participa (ou não), dependendo do

contexto social onde se aplicam as leituras e as escritas. Dentre esses “letramentos múltiplos”, entendidos como práticas e capacidades/habilidades de interpretação (GARCIA *et al.*, 2017, p. 217), se inserem os letramentos raciais. Sobre esse tema, Ferreira (2019), uma das maiores especialistas da área, observa:

Como formadora de professoras/es que sou, entender a importância de utilizar o letramento racial crítico na minha prática pedagógica é de extrema relevância para que assim possa também colaborar para que tenhamos uma sociedade mais justa, com igualdade e com equidade (FERREIRA, 2015, p. 138).

Com base em Skerrett (2011, p. 314), a partir do letramento racial, podemos ter uma compreensão poderosa e complexa das formas como raça pode influenciar as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais, de indivíduos e grupos. Nesse sentido, o próprio entendimento do Brasil enquanto um país constituído pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) demanda letramento racial, principalmente na perspectiva dos letramentos críticos. Estes popularizam-se na agenda de pesquisa em LA (COSTA *et al.*, 2020) não só pela urgência de revisitar o legado de Paulo Freire (2005) para questionar violências e injustiças de múltiplas ordens, mas também pela importância de refletir sobre a sociedade e sua complexa dinâmica de funcionamento. Sobre essa questão, Pereira e Lacerda (2019, p. 95) observam que, pela aquisição do letramento crítico, “os indivíduos são capazes de refletir e atuar no sentido da transformação do *status quo*, questionando as desigualdades naturalizadas pelo discurso hegemônico na busca de uma sociedade mais justa e igualitária”. Os autores afirmam ainda que “Letramento racial crítico é uma corrente dos letramentos que se propõe a estudar e entender como as relações de poder são engendradas para modelar as identidades de raça e como essas identidades atuam no seio das sociedades” (PEREIRA; LACERDA, 2019, p. 95).

A síntese de todo esse caminho teórico percorrido é apresentada a seguir, no quadro proposto por Ferreira (2015, p. 137) e transcrito por Pereira e Lacerda (2019, p. 96) para demonstrar as principais definições de letramento racial e letramento racial crítico:

**Quadro 1** - Definições de “Letramento Racial” e “Letramento Racial Crítico”

<b>Terminologia</b>	<b>Definição de <i>Letramento Racial</i> e <i>Letramento Racial Crítico</i></b>
Letramento Racial	O letramento racial obriga-nos a repensar a raça como um instrumento de controle social, geográfico e econômico de ambos, brancos e negros (GUINIER, 2004, p. 114).
Letramento Racial	A perspectiva do letramento racial vai além de transcender “performances previsíveis” para a avaliação crítica do privilégio branco como ele se manifesta e é reforçado por meio de práticas de letramento (MOSLEY, 2010, p. 453).
Letramento Racial Crítico	“Ensino de letramento racial crítico é um conjunto de ferramentas pedagógicas para a prática do letramento racial em ambientes escolares com crianças, como os pares no ambiente de trabalho, colegas, e assim por diante [...]” (MY, 2010, p. 453).

**Fonte:** Dos autores, adaptado de Pereira e Lacerda (2019, p. 96) e Ferreira (2015, p. 137).

Ainda sobre a aceção de letramento racial, segundo Ferreira (2014):

[...] para termos uma sociedade mais justa e igualitária, temos que mobilizar todas as identidades de raça branca e negra para refletir sobre raça e racismo e fazer um trabalho crítico no contexto escolar em todas as disciplinas do currículo escolar. E também na área de línguas, pois a área da linguagem também é responsável por educar cidadãos que sejam críticos e reflexivos sobre como o racismo está estruturado na sociedade (FERREIRA, 2014, p. 250).

Dito isso, é notória a importância do letramento racial, principalmente no ambiente escolar, que, idealmente, é formador de conhecimento crítico e pode auxiliar na constituição de uma identidade racial dos alunos desde a infância. Em entrevista recente, Ferreira (2019) elucida a importância do letramento racial crítico no contexto escolar:

[...] o letramento racial crítico possibilita que a professora e o professor reflitam sobre questões raciais dentro de seu próprio contexto de sala de aula e, a partir do momento que refletem a respeito, também permitem que seus alunos /as tenham consciência de sua própria identidade racial. Tal consciência permite que a aluna e o aluno se vejam representados em vários contextos. Quando pensamos em formação de professoras/es, temos que pensar nos materiais utilizados por esses professores/as e, na maioria deles, é difícil encontrar pessoas negras como protagonistas. Ao trabalhar com letramento racial crítico, você possibilita que as pessoas se vejam e percebam a ausência de representatividade nos materiais e na mídia também. (FERREIRA, 2019, p. 125)

No Brasil, é perceptível que pessoas negras são constantemente silenciadas e desacreditadas. Dessa forma, os letramentos raciais críticos podem contribuir para a discussão de questões raciais em sala de aula e, assim, auxiliar na desconstrução de diversos discursos preconceituosos enraizados e naturalizados na sociedade. Além disso, a utilização de materiais didáticos que trabalhem o letramento crítico no ambiente escolar é uma forma de “abrir portas” para as mudanças e transformações que podem ocorrer através da linguagem (SANTOS, 2020, p. 6).

## 2.2 Racismo estrutural

A lógica contemporânea, conforme afirma Silveira (2020, p.48), aponta para novas configurações socioespaciais nas quais as velhas configurações estruturais não cabem mais em um mundo pós-moderno, que é obrigado a reconhecer as diferenças. Isso não significa dizer que tais diferenças sejam aceitas sem uma ação efetiva de buscas por tal reconhecimento, e, ao mesmo tempo, a própria recusa de grupos já consolidados. Uma das materialidades do mundo racionalizado e balizado na exclusão é o racismo estrutural.

O racismo<sup>1</sup> é uma problemática que persiste ao longo da história do Brasil. O racismo estrutural abrange o país de tal modo que parcela significativa dos brasileiros acredita viver uma utopia racial: uma sociedade igualitária, na qual o racismo foi superado com a abolição oficial da escravatura. Parte do mito da igualdade racial brasileira é herança da publicação do livro *Casa Grande & Senzala*, por Gilberto Freyre (1933), que contribuiu com a ideia de

---

1 Ao longo deste artigo, vamos nos pautar no conceito trazido por Silvio Almeida (2019, p. 22): “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem”.

que a escravização não foi tão dura e cruel, e de que a relação entre escravizados e senhores de escravos teria sido harmônica. Tal imaginário de senso-comum é insustentável e cotidianamente entra em conflito com a realidade social: o Brasil, mesmo sendo um país rico em diversidade cultural e racial, conta com inúmeros casos de racismo, preconceito racial e injúria racial.

Tendo em vista o atual ensino de história na Educação Básica (ainda muito eurocêntrico e dissociado de uma profunda reflexão crítica sobre o nosso passado), parece ser longo o caminho até a superação profícua de uma ótica colonial, isto é, pautada pelo registro dos ditos "vencedores" (colonizadores, brancos) e pela invisibilidade da história dos "vencidos": negros, indígenas etc. Cabe mencionar a Lei 10.639, sancionada em 2003 pelo Presidente da República, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e instituiu a obrigatoriedade – no Ensino Fundamental e Médio, público e particular – do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Tais medidas demonstram o quanto o país precisa, continuamente, fazer um resgate real e descolonizado da própria história e formação; afinal, mesmo 20 anos após a lei ser sancionada, o ensino de história desses povos ainda é abordado de maneira reducionista.

O racismo estrutural no Brasil, que surge e se instaura no período colonialista, demanda profunda reflexão crítica sobre a construção do país. Esse racismo colonial, do qual se origina o racismo estrutural, é responsável por atrelar a "raça", a "cor" e a "classe social" como elementos determinantes de um sistema de hierarquização social. Suzanne Oboler, sobre o tema, destaca:

Como um resultado da miscigenação extensiva corrente nas colônias, as classificações raciais, o status social e a honra evoluíram para um arranjo hierárquico que Lipschütz chamou de "pigmentocracia". Esse era um sistema racial, como Ramón Gutiérrez descreveu, no qual a clareza da pele está diretamente relacionada a um maior status social e a maior honra; enquanto a cor mais escura estava associada tanto com "o trabalho físico dos escravos e dos índios" quanto, visualmente, com "a infâmia dos conquistados". A noção espanhola de pureza de sangue fora assim instilada no modo como a aristocracia do Novo Mundo entendia os conceitos inter-relacionados de raça, status social e honra (OBOLER, 1995, p. 28, *apud* GUIMARÃES, 1999, p. 35).

Ou seja, o racismo no Brasil foi construído de forma histórica e tem suas raízes na escravização<sup>2</sup>, mas sem se restringir a ela; mesmo após a abolição da escravatura, a população negra ainda é marginalizada e subalternizada. Alguns dos cidadãos brasileiros considerados "brancos", não raro, tentam reafirmar sua "branquitude" e seus privilégios raciais, políticos e econômicos, visando desfrutar dos benefícios que o "pacto de branquitude" (BENTO, 2002) pode oferecer, o que, de certa forma, remete aos colonizadores e sua organização social em séculos passados. Ainda hoje, pessoas negras, por estarem em posições subalternizadas "herdadas", sofrem opressões oriundas do racismo estrutural.

Vale destacar que "branquitude" é uma construção social fortemente estruturada e que não está relacionada somente à elite. No contexto brasileiro, a população muitas vezes não busca enxergar a existência das desigualdades sociais e raciais. Por vezes, a

---

<sup>2</sup> Optou-se pelo termo *escravização* no lugar de *escravidão* pois, conforme apontam Harkot-de-La-Taille e Santos (2012), o escravizado é denominado como aquele "Que se escravizou, sofreu escravização". Diferentemente do "escravo", privado de liberdade, em estado de servidão, o "escravizado" entra em cena como quem "sofreu escravização" e, portanto, foi forçado a essa situação.

“racialização” dos debates precisa partir de pessoas negras, sendo comum a pessoa branca não tomar parte de suas responsabilidades nessa problemática. Segundo Bento (2002):

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da branquidão, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso (BENTO, 2002, p. 3).

Tratar da questão racial em contexto brasileiro ainda é visto como um terreno arenoso e complexo, haja vista que, no senso comum, ainda imperam muitos discursos rasos, de que “somos apenas seres biológicos”; destarte, é necessário problematizar que a raça/cor da pele anuncie quem somos, os direitos e as oportunidades a que podemos ou devemos ter acesso, além dos lugares sociais que podemos (devemos) ocupar (MELO, 2015, p. 75, *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 40).

Reiteramos, pois, que a escola, quando afastada de uma pedagogia crítica, reflexiva e libertadora (FREIRE, 2005), pode tornar-se mecanismo de manutenção do racismo estrutural. Nesse viés, a importância dos letramentos nas escolas é inquestionável, posto que estes são “uma forma de preparar o aluno não apenas para ler e escrever, mas para utilizar esses conhecimentos em sua vida, para além dos muros da escola, preparando-o para participar ativamente da sociedade, de forma crítica, lutando contra a opressão e a desigualdade e, assim, legitimando a luta contra o racismo” (SABADINI, 2022, p. 25).

Portanto, não só no contexto educacional a pauta da negritude e do enfrentamento ao racismo é fundamental. Podemos mencionar, por exemplo, as redes sociais, que ocupam espaço privilegiado no cotidiano da população em geral, e onde podem circular debates sociais importantes, como questão de racismo estrutural. Nesse viés, defendemos que uma transformação radical da sociedade no que tange às questões raciais, dentro e fora das escolas, demanda o enfrentamento do racismo de forma conectada.

### **2.3 Cibercultura, redes sociais na internet e ciberativismo**

O conceito de cibercultura, proposto pelo filósofo Pierre Lévy (1999), alude à cultura do ciberespaço. De acordo com o autor, “o neologismo ‘cibercultura’ especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem em paralelo com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 17). Há de se considerar, nessa acepção, ao menos dois aspectos: em primeiro lugar, que a cultura online, do ciberespaço, pode ser perpassada pelo racismo estrutural que permeia o mundo offline; em segundo lugar, o conceito de ciberespaço (ou “rede”), que é:

[...] o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela

abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 1999, p. 17)

O ciberespaço, hoje, congrega os principais meios de socialização e comunicação. Por meio desse espaço virtual, indivíduos manifestam diversas práticas sociais. De acordo com Monteiro (2007, p. 2), o ciberespaço está em crescente expansão, seu crescimento afeta todas as camadas da sociedade e áreas do conhecimento, e nós usufruímos cada dia mais das facilidades propiciadas por esse novo espaço de "disponibilização" de conteúdos.

Com o ciberespaço, tivemos a proliferação de diversas redes sociais. Para Rocha (2018), as redes sociais constituem modos importantes de sociabilidade na contemporaneidade. Há vários softwares sociais, “que permitem e estimulam as relações entre pessoas, grupos em redes, com diferentes intencionalidades de usos”, por exemplo, “Facebook, Twitter, Google +, MySpace, Spotify, LinkedIn, Hi5, Tinder” (ROCHA, 2018, p. 230). Além disso, redes sociais “representam a simbiose entre o frenético fluxo de informações com a necessidade latente do indivíduo de externar seu apetite extraordinário por interconexão” (BOHN *et al.*, 2011, p. 1).

Nos últimos anos, as redes sociais se tornaram um dos principais espaços de propagação de discursos de ódio, pois “os usuários, protegidos pelas comunidades virtuais e pelo anonimato, verbalizam todos os tipos de agressão” (SILVA, 2018, p. 40). A cultura do ódio é, então, direcionada principalmente aos grupos minoritários, sendo perceptível que as redes podem ser empregadas para fortalecer o preconceito de raça, cor, etnia, religião, gênero e orientação sexual e/ou procedência nacional (SILVA, 2018, p. 87).

Embora as redes sociais validem discursos de ódio, elas também podem ser empregadas como instrumento contra-hegemônico, no sentido de unir grupos minoritários:

[...] as redes digitais, ao produzirem uma espécie de validação do discurso odioso, permitiram que o ódio, sentimento normalmente restrito ao foro íntimo, ganhasse dimensões públicas e angariasse aplausos. Por outro lado, as redes permitiram que os sujeitos, ao compartilharem suas experiências mundo afora, gerassem a união de pessoas a fim de escutar e aconselhar grupos minoritários dispostos a combater ataques de intolerância nos espaços públicos (virtuais ou não). As redes sociais digitais impactaram os sujeitos sob diversas formas em suas interações sociais: tanto na dimensão pública quanto na esfera digital (SILVA, 2018, p. 81).

Dito isso, vale ressaltar que o Twitter, embora um espaço de violências de múltiplas ordens, ciberassédio etc., é também espaço de denúncias, ciberativismo (ativismo digital na Web) e práticas de letramentos críticos, incluído letramentos raciais críticos. O próprio “Black Twitter” corrobora essa perspectiva: trata-se de uma rede de apoio e conexões entre intelectuais, *influencers*, artistas e internautas negros que se mobilizam na internet desde o #BlackLivesMatter. No estudo etnográfico intitulado *Pessoas negras seguindo pessoas negras: dinâmicas das identidades no Black Twitter brasileiro*, Jacques e Araújo (2022) observam a constituição de comunidades na referida rede social, essencial para entender a constituição das identidades negras hoje. Assim, defendemos que práticas individuais e coletivas de ciberativismo negro no Twitter, ou mesmo publicações de questionamento e (re)flexão crítica sobre as críticas à escalação da cantora e atriz Halle Bailey para o filme *A pequena sereia*, podem apresentar indícios de letramentos raciais críticos.

### 3 Metodologia

Este trabalho foi realizado à luz da abordagem qualitativa, com base na análise de publicações de internautas do site de rede social Twitter. O primeiro procedimento metodológico adotado foi a busca e a seleção de dados, que considerou como primeiro critério de inclusão/exclusão a data de publicação no Twitter. A primeira data estipulada foi o lançamento do *trailer* do filme *A pequena sereia*: em 9 de setembro de 2022, a *Walt Disney Studios* lançou em seu canal no YouTube o *trailer* oficial do filme *live action*. Conforme registrado, a escalção da atriz e cantora Halle Bailey para interpretar a personagem Ariel gerou críticas, sobretudo por ser a artista uma mulher negra e, de acordo com parte do público, não parecer com a versão dita “original”, isto é, a animação (desenho) da Disney, de 1989, uma personagem caucasiana. Nesse primeiro momento, portanto, estabelecemos como critério de recorte temporal o período entre o dia do lançamento do *trailer* oficial do filme (9 de setembro de 2022) até 15 dias após a notícia (24 de setembro). Na sequência, notamos que algumas publicações “resgatavam” discussões e debates do ano anterior, quando foi anunciada a atriz protagonista. Assim, um segundo período foi selecionado para o estudo: do dia em que a atriz foi anunciada como protagonista do filme (3 de julho de 2019) até 7 dias depois (10 de julho de 2019).

Após a delimitação desses períodos de publicações, para a coleta de dados, pesquisamos no Twitter publicações com palavras-chaves, quais sejam: “pequena sereia”, “trailer filme pequena sereia” e “*Live action* pequena sereia”<sup>3</sup>. Surgiram muitas publicações a respeito do caso, porém escolhemos analisar apenas algumas segundo critérios de engajamento e repercussão: foram excluídas publicações de *bots* (robôs criados para atuar em redes sociais) ou postagens sem curtidas ou respostas de outros internautas. As publicações selecionadas foram registradas em tabelas, conforme o exemplo a seguir.

**Tabela 1** – Ficha de avaliação de publicações, curtidas, respostas e compartilhamentos.

<b>Publicação</b>	Número de curtidas	Número de respostas (em comentários)	Compartilhamentos ( <i>retweets</i> e <i>tweets</i> com comentários)
<b>#1</b>	1	3	0 <i>retweets</i> , 3 <i>tweets</i> com comentários.
<b>#2</b>	729	115	60 <i>retweets</i> , 16 <i>tweets</i> com comentários.
<b>#3</b>	43.000	880	3.091 <i>retweets</i> , 2.083 <i>tweets</i> com comentários.

**Fonte:** dos autores.

Não consideramos as características dos internautas (marcadores de raça, idade, gênero etc.), visto que não seria possível realizar tal trabalho. Ademais, escolhemos focar na análise do conteúdo das publicações. Optamos por analisar os *tweets*, em um viés crítico,

<sup>3</sup> Optamos por não utilizar “Halle Bailey” (o nome da atriz) como palavra-chave em razão de ela, até então, não ser amplamente reconhecida pelo público brasileiro.

visando compreender como ocorrem as interações sobre o caso da “pequena sereia negra” e os possíveis indícios de letramentos raciais críticos subjacentes a elas.

## 4 Análise dos dados

O primeiro grande resultado notado pela análise das publicações no Twitter é a forma como as críticas à artista Halle Bailey são efetivadas. Afinal, o racismo no Brasil tende a ser velado, posto que é crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. Outra questão, não menos importante, é a violência de gênero interseccionada com raça, a qual toma fôlego, se observarmos o material analisado. A escravização traz consigo marcas sociais inegáveis e ainda reelabora a ideia de subalternização do gênero, segundo a raça, em conformidade com Sueli Carneiro (2019). Para a autora, todo o histórico de desvalorização estética, a degradação dos corpos negros femininos expostos às mais variadas violências e a própria marginalização social decorrente de uma abolição irresponsável reverberam na atualidade, momento o qual, notoriamente, corpos negros femininos são expostos ao rechaço de maneira ainda mais veemente. Logo, as ofensas contra a atriz estão perpassadas por uma cultura racista e machista de um país onde corpos negros femininos são tratados como objetos. O tratamento dado à atriz Halle Bailey está tomado de racismo “à brasileira” (NASCIMENTO, 2016).

Os usuários de redes sociais utilizam, então, a estratégia de modalização dos discursos, e argumentam que a publicação é mera “expressão de sua opinião”, para livre disseminação de comentários maldosos, preconceituosos e, não raro, racistas e machistas. Algumas políticas adotadas pelas redes sociais têm sido a de coibir esse tipo de ocorrência, como ocorreu em um dos casos apresentado na Figura 1, à esquerda:

**Figura 1** – Publicações contrárias à participação da atriz Halle Bailey.



**Fonte:** Twitter.

O autor da publicação à esquerda compartilhou imagem que não é de sua autoria, mas, sim, produzida por outro internauta (que se utilizou de uma inteligência artificial para

mudar a aparência da atriz e torná-la mais “parecida” com a personagem) e posteriormente compartilhada por outros usuários da rede social, dificultando a identificação da “autoria” original. Tal usuário teve sua conta suspensa e a publicação foi excluída por violar a política de conduta de propagação de ódio da rede social. No segundo caso (publicação à direita), entretanto, o conteúdo permanece, posto que, com base no crivo crítico do Twitter, não infringe regras da rede social.

Não seguiremos, aqui, abordando as publicações desfavoráveis à escalação da atriz Halle Bailey para o papel de Ariel. Embora seja necessário um olhar vigilante a esse tipo de manifestação, nesta pesquisa optamos por seguir o caminho de Tavares (2021), que escolhe exaltar a negritude, ao invés de focalizar apenas as manifestações de racismo. Tal opção metodológica é inspirada nos escritos de Grada Kilomba (2019), que defende a necessidade de fomentar processos de reconstrução dos sujeitos negros para além da denúncia. Focalizamos, portanto, as publicações que podem apresentar indícios de letramentos raciais críticos subjacentes ao conteúdo. A partir de nossa análise, considerando padrões e recorrências, enfatizamos os resultados no que tange (1) ao uso de memes e ironias; (2) à racialização direta do caso; e (3) à alusão ao empoderamento de pessoas (sobretudo crianças) pretas.

#### 4.1 Uso de memes e ironias

Em suma, um meme da Web é uma figura ou frase (ou ambos) “compartilhada por muitas pessoas, passível de significados de toda sorte, seja informativo, humorístico, político, irônico e alusivo, usado para descrever ideias simples” (SILVA, 2018, p. 41). O uso de memes e publicações irônicas em redes sociais não é novidade na cibercultura. Ademais, memes, trollagens<sup>4</sup> e postagens que ironizam e desqualificam lutas sociais dos negros e do movimento negro também são frequentes na internet, como observa Silva (2018). Portanto, publicações que recorrem a essas mesmas estratégias para ressignificar e deslocar sentidos podem estar alinhadas à perspectiva dos letramentos críticos, seja no viés da denúncia de tentativas de opressão, seja na forma de retórica online (conectando memes, vídeos, “textões”, fotos) para combater discursos, tais quais os de ódio racial (SILVA, 2018).

Em nossa análise, o maior grupo de publicações com conteúdo entendido como indicativo de letramento racial crítico é aquele que contava com a mobilização de memes e ironias. Na maioria dos casos, tais publicações eram respostas aos internautas que questionavam, por exemplo: “a [personagem] Ariel não era branca e ruiva?” e “A pequena sereia não devia ser branca [caucasiana] com cabelo vermelho?”. Vejamos a Figura 2:

---

<sup>4</sup> Elucidamos que o conceito de “trollagem” tem origem no “troll face”, um dos primeiros memes a se popularizar nas redes sociais, e que usa o termo *troll*, referente ao mostro da mitologia nórdica. Com base em Kobayashi (2018, p. 28), o uso do “troll face” passou a designar contextos de “trollagem” na internet, isto é, “uma prática de desestabilização da interação ou dos participantes por meio de ofensa e desinformação”. A transposição da imagem para contextos outros logo se tornou comum e, hoje, a “trollagem” pode se dar por vários memes ou formas (mais ou menos veladas) de insulto.

## Figura 2 – O uso de memes e ironias no Twitter.



Fonte: Twitter.

Uma parcela notória dessas publicações também recorreu aos casos semelhantes de narrativas transmídia, isto é, narrativas constituídas por uma gama de plataformas para além da textualidade, sobretudo no viés da expressividade audiovisual (FREIRE, 2022). Tais narrativas, na cibercultura, frequentemente se interconectam e geram novos sentidos e significados de forma complexa, a partir do cinema, da música, das artes plásticas, da publicidade e da propaganda etc. Alguns exemplos famosos de casos de narrativas transmídia são: Harry Potter, A Turma da Mônica e O Senhor dos Anéis. Este último foi lembrado por internautas em razão de também receber críticas pela escalação de um protagonista negro para a série homônima recentemente lançada pela Amazon Prime.

Na Figura 3 (a seguir), estão alguns *tweets* representativos sobre essa questão:

### Figura 3 – Publicações no viés da transmidialidade e casos semelhantes.

**KimbellyMarot** @KimbellyMarot · 28 sept. 2022  
Uma branca pode, mas não se pode ter uma **sereia negra** interpretando Ariel. **Racismo** na publicidade ESCANCARADO!!

**Lafa** @UltraLafa · 27 sept. 2022

**BRANCA PRETA, PODE.** **ELFO PRETO, NÃO PODE.**

**Pequena Sereia negra:**  
"Ain não é **racismo**, é so que a ariel no desenho não é **negra** e o personagem tem que ser fiel no filme, se não estraga minha infância"

Katará branca e loira:

**Janbez** @janbez · 12 de set de 2022  
Em resposta a @...  
Só é incômodo se for de um lado né.

**Jô** @jojojojo · 11 de set de 2022  
Em resposta a @...  
Os anéis do poder tá passando pelo mesmo racismo, porque existe elfo negro na série.

**Desativado** @desativado · 11 de set de 2022  
Vcs só reclamam quando convem a vcs ne

Jasmine branca: ...  
Malévola branca: ...  
Ariel negra/Estelar negra: AAAAA MAS NÃO PODE ISSO E O REALISMO

exame.com  
25 vezes em que minorias foram substituídas por brancos | Exame  
Confira casos em que atores brancos interpretaram personagens negros, latinos, asiáticos, indígenas e outros

Fonte: Twitter.

Outros casos foram pautados, como a escalção da atriz afro-americana Anna Diop para interpretar a personagem Estelar na série *Jovens Titãs* (Netflix), sendo Estelar uma super-heroína alienígena de pele laranja. A mobilização de matérias e notícias de casos em que a escalção de atores caucasianos<sup>5</sup> para interpretar personagens não-brancos não gerou revolta também foi recorrente no Twitter, indicando mais uma forma de letramento racial crítico. Destarte, recorrer a casos recentes de escalções de atores caucasianos para interpretar personagens negros, que não causaram impacto no público, funcionou como estratégia visual de exposição de contradição e da desigualdade na exigência de fidelidade quanto às características dos personagens representados nos filmes e nas séries.

O uso de memes e ironias, conforme pode ser vislumbrado, é acompanhado do uso de imagens, gifs, vídeos e hiperlinks que remetem a notícias e outros conteúdos complementares. Tais *tweets* exploram, portanto, a multimodalidade comum às redes sociais para potencializar os efeitos do sentido da publicação.

5 Na imagem em questão, está a matéria divulgada pela revista Exame, com notícia de popularização da ciência pautada em pesquisa da *University of Southern California* sobre o tema. Ver mais em: <<https://exame.com/casual/25-vezes-em-que-minorias-foram-substituidas-por-brancos/>>.

## 4.2 A racialização direta do debate

Segundo Sabadini (2022 2022, p. 25), o letramento racial “caminha buscando desenvolver sujeitos mais conscientes, que reconhecem e buscam combater o racismo, que já está enraizado na cultura”. O letramento racial visa “oportunizar discussões acerca de identidade(s) raciais, o que contribui significativamente para o (re)conhecimento racial de maneira consciente” (DE OLIVEIRA, 2019, p. 41). Por isso, interpretamos que os *tweets* que abordam diretamente a questão do racismo estrutural (e, assim, “racializam” os debates na rede social) são publicações no viés dos letramentos raciais críticos.

Importante pensar que o mundo já foi racializado. Disso deriva a hierarquização de grupos humanos, onde o negro tem sido tratado como inferioridade (MILES, 1989). Por isso, neste trabalho, entendemos a “racialização” do debate enquanto ação de abordar questões raciais já existentes de forma direta, com nitidez, sem negligenciar tópicos importantes para a construção de uma sociedade mais antirracista e empoderadora de pessoas pretas, como a urgência de visibilidade e de políticas públicas, por exemplo. Isso, evidentemente, exige a atuação direta também de pessoas brancas, sobretudo no viés do reconhecimento de privilégios da branquitude. A exemplo disso, no que tange às mídias, aos produtos culturais e ao consumo de massas, é importante racializar os debates também enquanto forma de informar e educar o povo brasileiro sobre o racismo estrutural no país, visando a emergência de uma consciência crítica e de letramentos raciais críticos<sup>6</sup>.

A seguir (Figura 4), *tweets* que “racializam” o assunto.

**Figura 4** – Publicações de racialização das discussões sobre o tema.

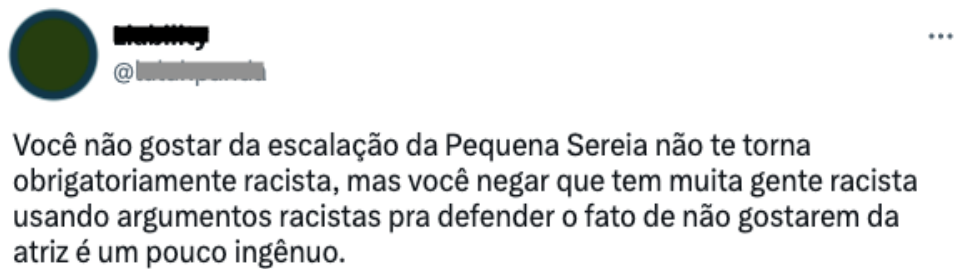


**Fonte:** Twitter.

<sup>6</sup> Sobre esse tema, Tavares (2021, p. 296) observa que o reconhecimento de elementos presentes nos roteiros filmicos de contos de fadas pode contribuir para tecer tramas pedagógicas que possibilitem aos indivíduos pensar acerca da racialização de corpos nestas narrativas.

Conforme pode ser visto, há uma tendência à racialização do debate a partir da publicação de *influencers* e intelectuais negros, que aproveitam o engajamento de suas contas para dar visibilidade ao tema. Essa racialização tende a ser efetivada sem eufemismos ou modalizações, sendo comum o uso explícito da palavra “racismo”. Ademais, vale mencionar que algumas publicações racializam a pauta na direção de apontar como as críticas à escalção da atriz e a campanha de “deslike”, por motivos outros, pode servir muito convenientemente aos setores conservadores e racistas do Twitter. Tal provocação e convite à reflexão crítica estão presentes no *tweet* a seguir, que exemplifica essa questão:

**Figura 5** – Publicação em que um usuário do Twitter provoca a reflexão sobre racismo.



**Fonte:** Twitter.

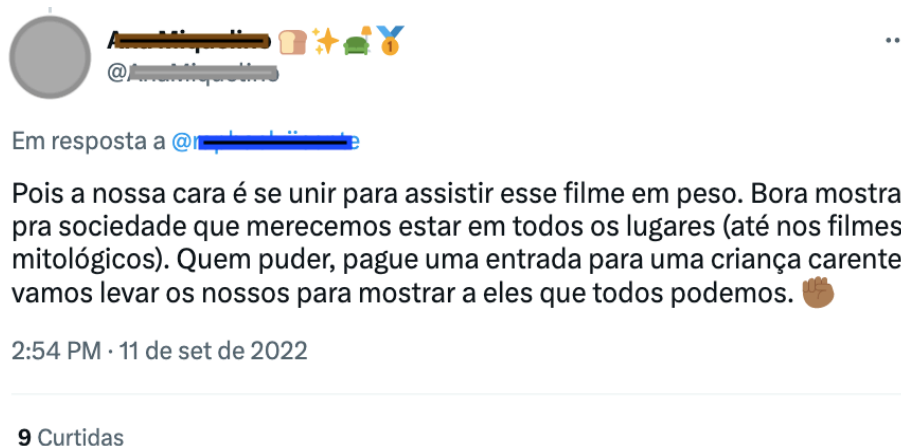
Defendemos que estas publicações, principalmente de *influencers* verificados (pessoas famosas no Twitter, que recebem um selo de verificação em suas contas), são publicações assumidamente ativistas. Silva (2018) nos lembra que o ativismo não é algo novo, nem exclusivo da geração do início do séc. XXI. Há décadas os indivíduos se unem no fortalecimento do processo democrático e na contestação ao autoritarismo, anteriormente concentrados nas lutas referentes às áreas rurais, às ocupações de espaços, às resistências e às reações populares, por exemplo. Na atualidade, temos ativismos em maior sinergia com as pautas emergentes da globalização das economias e das políticas. Assim, “coube ao Movimento Negro modificar-se em consonância com as novas formas de sociabilidade e jogos do poder” (SILVA, 2018, p. 96). Dentre essas novas formas está o ativismo negro nas redes sociais e o ciberativismo<sup>7</sup>.

Há, entretanto, múltiplas formas de efetivar ciberativismo (KOBAYASHI, 2018), que vão desde o compartilhamento de ideias para a superação de opressões e injustiças relativas a determinados grupos (KOBAYASHI, 2018) até a ação de marcar o @ (isto é, marcar o perfil de internautas para chamar a atenção para uma pauta social) e, assim, lançar ideias de manifestação política. Uma das formas como o ativismo negro no Twitter ocorreu no caso da atriz Halle Bailey foi por meio da mobilização para o consumo do filme e o consequente sucesso de bilheterias. Vejamos a Figura 6:

---

<sup>7</sup> Cumpre elucidar que recorreremos ao conceito de ciberativismo de Kobayashi (2018, p. 23), que o conceitua a partir de processos de luta – realizados nas redes – “no que se refere a mudanças sociais e à correção de injustiças ocorridas na sociedade ou mesmo na própria rede”.

**Figura 6** – Publicação convocando o público ao consumo do filme nos cinemas.



**Fonte:** Twitter.

É necessário cuidar, entretanto, para esse ativismo que, mesmo com ares de libertação, pode estar à serviço de uma lógica capitalista, operando em prol do mercado e do lucro, fortalecendo empresas que encontram no ativismo inocente e descuidado novas possíveis estratégias de divulgação de marcas e produtos. Com efeito, são inegavelmente importantes (1) a visibilidade de protagonistas pretos em filmes (como heróis, heroínas e princesas), (2) a representatividade que emerge desses elementos culturais e (3) o impacto social destes; no entanto, cabe questionar e problematizar o custo dessa visibilidade, que pode ser muito alto, na medida em que não revoluciona efetivamente as estruturas sociais maiores, como o capitalismo vigente, por exemplo.

### 4.3 Alusão ao empoderamento

Notamos em nosso estudo inúmeros casos de *tweets* que classificamos na categoria “empoderamento”, aludido de forma direta ou subjacente ao conteúdo das publicações. Empoderamento é um conceito caro aos estudos culturais, às ciências humanas à LA contemporânea, e que, segundo Ribeiro (2015), muitas vezes é mal interpretado, entendido como algo individual, ou como a tomada de poder para perpetuar as opressões. Mesmo Paulo Freire tratou de “empoderamento” ao longo de sua obra, partindo da acepção de *empowerment*, com foco na conscientização que liberta os indivíduos de sua condição de oprimido, com tal potência que liberta também o opressor. Na alfabetização, por exemplo, os indivíduos se empoderam no sentido de se conscientizarem do poder criador das palavras que geram o seu mundo (FREIRE, 2005).

Para Sardenberg (2012, p. 6), o conceito de *empoderamento* “se refere a uma gama de atividades”, da assertividade individual até a resistência, o protesto e a mobilização coletivas, que “questionam as bases das relações de poder”. Para indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e ao poder são determinados por classe, etnicidade e gênero, por exemplo, o empoderamento começa quando eles não apenas compreendem as forças sistêmicas que os oprimem, como também agem “no sentido de mudar essas relações de poder” (SARDENBERG, 2012, p. 6).

Está emergente o consenso sobre o conceito de “empoderamento” que diz respeito a mudanças sociais numa perspectiva antirracista, antielitista e não-sexista através de

mudanças das/nas instituições sociais e consciências individuais, principalmente a partir de estratégias de empoderamento no cotidiano (ver, por exemplo, RIBEIRO, 2015). Nesse viés, com base em Silva (2018), temos vislumbrado na cibercultura diferentes meios e modos de empoderamento negro, decorrentes das trocas informacionais presentes nas redes sociais e do processo histórico do movimento negro. O Black Twitter, já mencionado, pode ser vislumbrado como uma comunidade de empoderamento negro na rede social.

Constatamos várias publicações de empoderamento na forma de elogios e enaltecimentos, tais quais os identificados por Silva (2018) em seu estudo de uma *fanpage* no Facebook. Na imagem a seguir (Figura 7), exemplos de *tweets*:

**Figura 7** – *Tweets* de elogio e enaltecimento à escolha da atriz Halle Bailey.

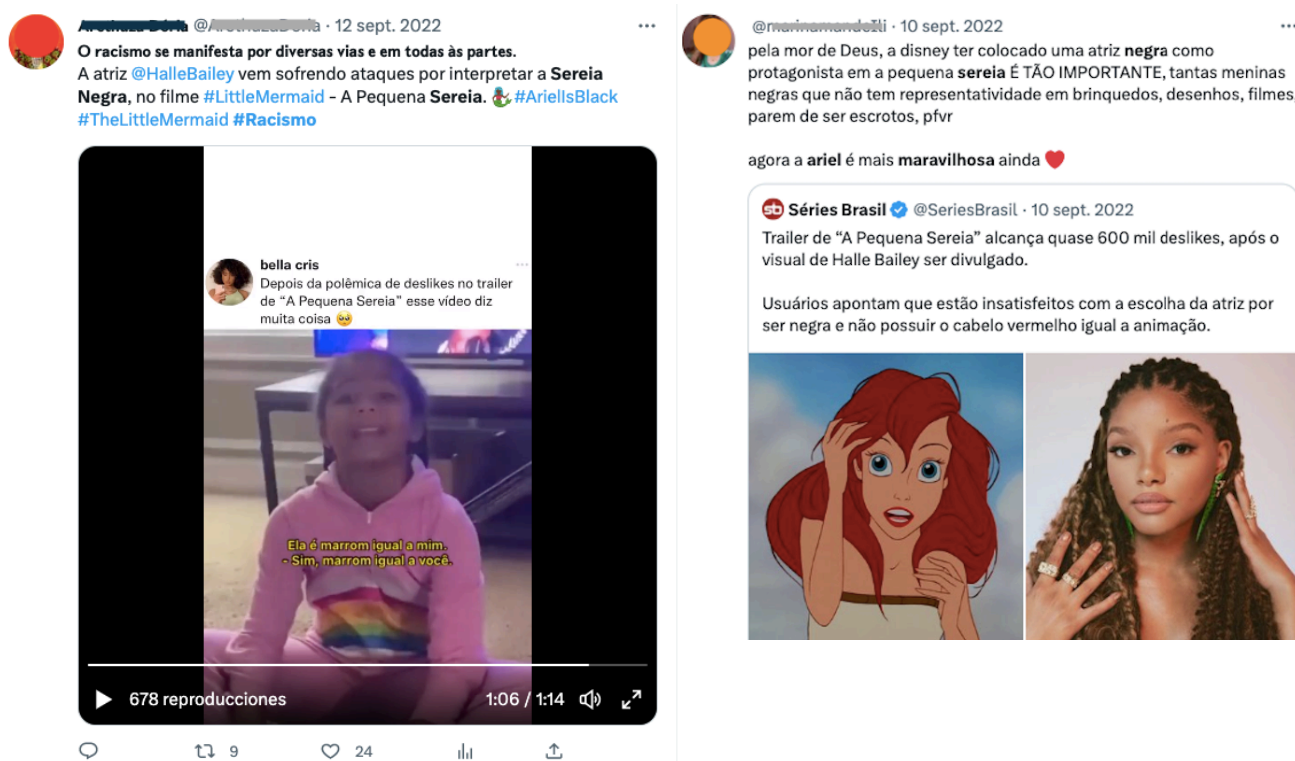


**Fonte:** Twitter.

Conforme pode ser visto na Figura 8, a seguir, a maioria dessas publicações trata do empoderamento de crianças pretas. Essa estratégia discursiva nas redes sociais, indicativa de letramento racial crítico, mostrou-se eficiente, de modo que viralizou um vídeo de *react*<sup>8</sup> de crianças negras assistindo ao *trailer* do filme.

<sup>8</sup> Gravação que mostra reações de pessoas enquanto assistem algum conteúdo na Web.

**Figura 8** – Empoderamento de crianças negras e representatividade.



**Fonte:** Twitter.

Inúmeras páginas de notícias, como o G1 (Globo.com) repercutiram o vídeo com a reação de meninas negras assistindo ao trailer de *A Pequena Sereia* com Halle Bailey<sup>9</sup>.

## 5 Considerações finais

Redes sociais como o Twitter são, hoje, o principal meio de propagação de discursos de ódio, atrelados ao racismo estrutural e preconceitos de múltiplas ordens. Casos como o da escalção da atriz afro-americana Halle Bailey para interpretar Ariel em *A pequena sereia* não estão isentos desse tipo de discurso – por vezes disfarçado de “singela opinião”. Neste trabalho, contudo, não enfocamos nessas publicações, mas nas que se opõem a elas: *tweets* que confrontam esses discursos, e que podem ser interpretados como práticas de ciberativismo negro e de letramento racial crítico.

Em nossa análise de conteúdo de publicações do Twitter referentes ao caso, percebemos que parte dos usuários brasileiros parecem não ter uma visão crítico-reflexiva sobre questões raciais. Alguns internautas desfavoráveis à escolha da atriz mobilizam-se com base no que acreditam ser a versão mais “fiel” da personagem da Disney (caucasiana e ruiva), sem que isso esteja totalmente dissociado de postagens conservadoras e potencialmente racistas. Em contrapartida, significativa parcela dos usuários parece já fazer uso das redes sociais para empreender práticas de reflexão crítica sobre raça e racismo estrutural. As

<sup>9</sup> Notícia disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/09/15/reacao-de-meninas-negras-assistindo-ao-trailer-de-a-pequena-sereia-com-halle-bailey-viraliza-igual-a-mim.ghtml>>.

publicações contrárias à escalação de Halle Bailey tendem a ser rebatidas principalmente com memes e ironias, que exploram a multimodalidade e a transmidialidade.

Também notamos a recorrência de *tweets* de racialização direta do debate, que tratam de racismo estrutural e que convocam o público à mobilização política, para uma sociedade mais antirracista e mais reflexiva quanto às questões raciais. Ademais, destacamos a frequência de *tweets* que aludem à potência do empoderamento de pessoas negras, sobretudo de crianças, com foco na representatividade. Todas essas publicações, que foram aglutinadas em grupos por questão de recorrência e semelhança de conteúdo, mostram certos padrões entre os internautas e indicam a emergência e/ou a consolidação de práticas coletivas de letramento racial crítico. Ainda assim, o tema não se esgota: a presente investigação é uma porta aberta para o debate sobre letramentos raciais, no ciberespaço e fora dele, para futuras pesquisas que podem ser feitas, analisando, por exemplo, os indícios de letramentos raciais em outras redes sociais.

## Referências

ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264p.

BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (Org.) *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 1-30, 2002. Disponível em: <<https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BOHN, C. S.; DANDOLINI, G. A.; SOUZA, J. A. de; ALVES, J. B. da M. Redes Sociais: uma Interpretação do Ciberespaço. *RENOTE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 1-8, 2011. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/25165>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) *Pensamento feminista - conceitos fundamentais*, Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

COSTA, A. R.; FIALHO, V. R.; BEVILÁQUA, A. F.; OLIVEIRA, E. 10 anos de Jornada de Elaboração de Materiais, tecnologias e Aprendizagem de Línguas: estado da arte. In: LEFFA, V. J.; FIALHO, V. R.; BEVILÁQUA, A. F.; COSTA, A. R. (Org.) *Tecnologias e ensino de línguas: uma década de pesquisa em Linguística Aplicada*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2020, v. 1, p. 19-43.

FERREIRA, A. J. Letramento racial crítico: falta representatividade negra em materiais didáticos e na mídia. *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 41, n. 1, p. 123-127, 2019.

FERREIRA, A. J. Narrativas autobiográficas de professoras/es de línguas na Universidade: Letramento Racial Crítico e Teoria Racial Crítica. In: FERREIRA, A. J. (Org.) *Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem*. Campinas: Pontes Editores, 2015.

- FERREIRA, A. J. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN*, v. 6, p. 236-263, 2014.
- FREIRE, M. M. Transdisciplinaridade e narrativas transmídia: uma articulação viável para propósitos formativos. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 32, p. 180-197, 2022.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. 50ª edição. Global editora. 2005.
- GARCIA, M.; BUZATO, M.; RIEDO, C.; SILVA, D. Novos letramentos e docência na educação a distância. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 211-233, 2017.
- GUIMARÃES, A. S. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, p. 34-35, 1999.
- HARKOT-DE-LA-TAILLE, E.; SANTOS, A. R. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. In: III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) - Dilemas e desafios na contemporaneidade. *Anais...* 2012. Disponível em: <[https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT\\_DE\\_LA\\_TAILLE\\_ELIZABETH.pdf](https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf)>. Acesso em: 10 de fev. de 2023.
- JACQUES, J.; ARAUJO, W. F. Pessoas negras seguindo pessoas negras: dinâmicas das identidades no Black Twitter brasileiro. *Revista Eco-Pós*, Rio de Janeiro, 25(3), 158-177. 2022.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.
- KLEIMAN, A. B. (Org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social a escrita*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.
- KOBAYASHI, S. M. *Entre o Meme e a campanha: representação e ação na Cultura Digital*. 2018. 171f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, p. 17, 1999.
- MATTOS, A. M. Novos letramentos, ensino de língua estrangeira e o papel da escola pública no século XXI. *Revista X*, Curitiba, v. 1, p. 33, 2011.
- MILES, R. *Racism*. Londres: Routledge, 1989.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, Outubro de 2004, p. 09.

MONTEIRO, S. D.; PICKLER, M. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. *DataGramZero* - Revista de Ciência da Informação, v.8, n.3, p. 2, 2007.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, K. de. Letramento racial crítico nas séries iniciais do Ensino Fundamental I a partir de livros de literatura infantil: os primeiros livros são para sempre. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, p. 40-41, 2019. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2884>>. Acesso em 10 nov. 2022.

PAIVA, V. L. M.; SILVA, M. M.; GOMES, I. F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (Org.) *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009.

PEREIRA, A. L.; LACERDA, S. S. P. de. Letramento racial crítico: uma narrativa autobiográfica. *Travessias*, Cascavel, v. 3, n. 13, p. 90-105, 2019. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/23612>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

RIBEIRO, D. *O empoderamento necessário*. Portal Geledés. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-empoderamento-necessario/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ROCHA, T. B. Pesquisa em redes sociais na internet: os discursos no ciberespaço. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 225-244, 2018.

SABADINI, P. *A literatura negro-brasileira infantil no processo de construção do letramento racial*. 2022. Monografia (Graduação - Licenciatura em Letras Português) - Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Venda Nova do Imigrante, 2022.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6848>>. Acesso em: 10 fev. de 2023. [Transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres - Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA, Salvador, Bahia].

SANTOS, A. C. R. *Representação do negro na mídia: a importância do letramento racial para aulas de inglês*. São Cristóvão, Monografia (licenciatura em Letras Português-Inglês) – Departamento de Letras Estrangeiras, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2020.

SILVA, R. A máscara obscura do ódio racial: segregação, anonimato e violência nas redes sociais. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal Fluminense, p. 81, 2018. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/6660>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SKERRET, A. *English teacher's racial literacy knowledge and practice, Race Ethnicity and Education*, Abingdon, v. 14, n. 3, p. 313-330, 2011.

SILVEIRA, L. *Feminilidades negras: um estudo de relações espaciais paradoxais*. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS, 2020.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 17-18, 1998.

TAVARES, O. P. A potência da representatividade de uma Ariel negra: a corporeidade negra como territórios de desconstrução do racismo. *Diversidade e Educação*, 9, 2, p. 293–316. 2021.



FALANGE MIÚDA  
REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

# Signs of Critical Racial Literacy on Twitter: The case of Halle Bailey's "The Little Mermaid"

Revista Falange Miúda  
ISSN 2525-5169

Periodicity:  
Fluxo contínuo

Volume 8  
Number 1

## Abstract:

The popularization of racial debates and questionings in social media springs new reflections about critical racial literacy at the present time. It is debated in the present article, a case where this new reflection was evident: The mobilization of denizens of the internet about the casting of actress and singer, Halle Bailey to interpret the character Ariel and lead the movie "The Little Mermaid" (2023). With the purpose to study critical racial literacy underlying in language practices of Twitter users, we developed a qualitative and analytical approach to the research, with theoretical support from studies of Ferreira (2014, 2015), Soares (1998), Almeida (2019) and Lévy (1999), which encompass concepts such as literacy(ies), critical racial literacy, structural racism and cyberculture. A part of the internet users that were against the choice of actress for the role, mobilize themselves with what they believe is the more "accurate" representation to the (Disney) character, without them being totally dissociated to conservative, and potentially sexist and racist, posts. In contrast, such publications are often rebuked by (1) the use of memes and irony; (2) Direct activism and racialization of the debata; and (3) posts about the empowerment and representativity (especially of black children), which indicate collective practice of critical social literacy.

**Keyword:** Critical social literacy; Structural Racism; Cyberactivism.